

# **A EVOLUÇÃO DO RENDIMENTO DAS PESSOAS NA NOVA RURALIDADE BRASILEIRA.**

[laurenti@iapar.br](mailto:laurenti@iapar.br)

*APRESENTAÇÃO ORAL-Agricultura Familiar e Ruralidade*

ANTONIO CARLOS LAURENTI.

*IAPAR, LONDRINA - PR - BRASIL.*

## **A evolução do rendimento das pessoas na nova ruralidade brasileira.**

### **Resumo**

O objetivo neste artigo é relatar os principais resultados de uma pesquisa sobre a continuidade das tendências configuradoras da nova ruralidade no território brasileiro, contabilizando-se os microdados reponderados das PNAD de 2001 a 2008 para a União, Grandes Regiões e estado do Paraná.

Constatou-se que, não obstante a continuidade do declínio do pessoal ocupado na agricultura mercantil, a população rural brasileira cresceu no referido período devido, principalmente, à expansão da PEA rural ocupada em atividade comercial não agrícola. O perfil da nova ruralidade revelou-se mais saliente no âmbito do rendimento das pessoas, de modo que o “novo rural” permanece como noção que melhor instrumentaliza a abordagem da atual ruralidade brasileira, que além da composição ocupacional mais heterogênea, vem se caracterizando pela estabilidade do poder aquisitivo, pela redução na desigualdade do acesso ao rendimento e acréscimo do rendimento das pessoas mais pobres.

Todavia, a desigual incidência regional dessas tendências suscita a inclusão de ações de cunho local numa abrangente política pública de melhoria e desenvolvimento rural. Ilustra isso a especificidade da região rural nordestina, onde é elevado o predomínio da agricultura na ocupação e no rendimento das pessoas e que, em 2008, abrigou cerca de metade da população rural e quase 4/5 da população rural brasileira em situação de extrema pobreza. O cuidado com a especificidade local é extensiva ao contexto das unidades da federação, conforme exemplificado pelo estado do Paraná, que tem se diferenciado pela acentuada redução da população relativamente mais pobre, ainda que nessa UF persista o êxodo rural.

**Palavras chave:** nova ruralidade, ocupação não agrícola, rendimento rural, PNAD, índice de Gini.

### **Personal income evolution in the Brazilian new rurality.**

#### **Abstract**

The objective in this paper is to show the results of the investigation about the continuing trend that engendered a new conception of the Brazilian rural world, by using PNAD reweighted microdata of the 2001-2008 period, for Union, Great Regions and Paraná state.

Despite successive decline in the mercantile agricultural workforce, Brazilian rural population increased during the 2001-2008 period, notably by expansion in labor employed in non-agricultural commercial activity. In addition, the profile of the new rurality showed itself to be more prominent in the income scope, thus the “new rural” continues to be a significant concept to approach the socioeconomic configuration of the Brazilian rural area that has become more heterogeneous in occupational composition, with stability in purchasing power, reduction in income access inequality and increases in income, notably among the poorest.

Nevertheless, the unequal regional incidence of these trends demands local actions within a comprehensive rural improvement and development public policy. Brazilian northeast, for example, where agriculture is a very important economic activity, had approximately half the nation's rural population and close to 4/5 of the Brazilian rural population living in extreme poverty. Local peculiarities care is applicable to all Federation units, as Paraná state exemplifies. It has shown a sharp reduction in the poor rural population although the rural exodus persists.

**Key words:** new rurality, non-agricultural job, rural income, Gini index, PNAD.

## 1. Introdução

Na década precedente evidenciou-se, de modo inusitado, um estancamento do declínio na magnitude e uma diversificação na composição ocupacional na população rural com dez anos ou mais de idade resultante, basicamente, da expansão do pessoal ocupado em atividade não agrícola. Tal dinâmica ensejou uma nova e mais abrangente abordagem do mundo rural brasileiro, conforme mostrado no Projeto Rurbano<sup>1</sup>.

A averiguação efetuada acerca da continuidade dessas tendências no período de 2001 a 2006, permitiu evidenciar a reincidência da diminuição do pessoal ocupado na agricultura mercantil e o aumento da população rural ocupada em atividade comercial não agrícola<sup>2</sup>. Também possibilitou mostrar o lento crescimento da população rural e a suspensão da redução do pessoal ocupado no todo da agricultura, com expressiva participação da população ocupada na produção para o autoconsumo. Por conseguinte, o enfoque do “novo rural” se mantém como noção relativamente mais adequada para se equacionar as diretrizes para o desenvolvimento rural brasileiro.

As mudanças no tamanho e na composição ocupacional da população rural brasileira ocorreram de modo genérico no plano regional, pois somente a Grande Região Sul apresentou uma diminuição da população rural, sendo que o aumento da PEA ocupada em atividade comercial não agrícola e a diminuição do pessoal ocupado na agricultura mercantil foram comuns na totalidade das grandes regiões, embora venha incidindo com intensidade variada. Particularmente, no estado do Paraná, a redução na população rural e na PEA rural ocupada decorreram, na sua maior parte, do fato de que a expansão do conjunto da PEA ocupada em atividade comercial não agrícola ter sido insuficiente para compensar a redução do pessoal ocupado na agricultura mercantil.

Não obstante a suficiência dos resultados anteriormente apresentados para a finalidade de subsidiar elaboração de uma nova e eclética agenda pública de melhoria e desenvolvimento do meio rural brasileiro, uma atualizada caracterização da nova ruralidade brasileira, conforme se objetiva neste artigo, se mostra oportuna. Isto, em função da recente divulgação da série de microdados reponderados da PNAD de 2001 a 2008, que faculta uma investigação relativamente mais apurada, bem como pela vigência de uma política pública de inserção da produção de energia oriunda da biomassa, entre outras ações de expansão da pauta de produção agrícola. Ou, mais propriamente, em função dos possíveis impactos que a inserção dessa nova atividade agrícola poderá impor no atual processo de diversificação da composição ocupacional e do rendimento no meio rural brasileiro.

Nesses termos, apresenta-se na segunda parte os conceitos e procedimentos metodológicos que vem sendo empregados na identificação das tendências em pauta, bem como os indicadores utilizados para a descrição da evolução do rendimento das

---

<sup>1</sup> Para objetivos e histórico desse projeto consultar [www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/divulg/novorural.html](http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/divulg/novorural.html)

<sup>2</sup> Com relação à continuidade das tendências definidora da nova ruralidade brasileira consultar o artigo de LAURENTI Antonio Carlos e DEL GROSSI, Mauro Eduardo, de título “A nova ruralidade brasileira e os desafios para o reajuste da P&D para a agropecuária”, apresentado no Grupo de Trabalho 07 – Agricultura familiar e Ruralidade, do XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia rural - SOBER, realizado em Rio Branco/Acre, em 2008.

pessoas. Na terceira parte, são mostrados os principais resultados cuja descrição se fundamenta na reprodução das tendências já observadas, ou melhor, na continuidade da redução da importância relativa da agropecuária como fonte de postos de trabalho e de rendimento da população rural, complementada pela apresentação das tendências de variação do rendimento médio e da desigualdade do acesso ao rendimento, com foco na parcela da população relativamente mais pobre.

Na quarta e conclusiva parte, são sumarizadas as principais constatações associadas à tendência de consolidação do novo rural brasileiro, como maneira de reafirmar a atual pertinência da mobilização de um conjunto eclético de ações para o desenvolvimento local, conforme sugerido por CAMPANHOLA e GRAZIANO DA SILVA (2005)<sup>3</sup>. Porém, o intento básico é enfatizar a relevância de inclusão de ações de cunho local numa ampla agenda nacional de melhoria e desenvolvimento rural, com a finalidade de se viabilizar a devida mediação requerida pelas especificidades regionais, bem como pelas peculiaridades das respectivas unidades federativas.

## 2. Conceitos e procedimentos metodológicos

A reincidência, ou não, no período de 2001 a 2008, da tendência de crescimento da PEA rural ocupada em atividade não agrícola, bem como da variação da população rural e de seus principais subgrupos, será vistoriada, basicamente, tendo-se em conta os mesmos conceitos e procedimentos metodológicos empregados por LAURENTI & DEL GROSSI na avaliação realizada para o período de 2001 a 2006<sup>4</sup>.

Entretanto, convém retomar que a população economicamente ativa (PEA), será considerada tanto na versão atual, PEA ampliada ou usual, como na modalidade subjacente ao conceito de trabalho vigente na PNAD até 1992, aqui designado de PEA Restrita, ou PEAR, a qual, grosso modo, corresponde ao pessoal ocupado na agricultura mercantil. Analogamente, a PEAR rural ocupada em atividade comercial não agrícola corresponde à PEA rural com ocupação fora da agricultura e da atividade de construção para o próprio uso.

Também foram mantidas as modificações na convencional subdivisão regional do território brasileiro, feitas para a averiguação realizada para o período de 2001 a 2006. Assim, afora as Grandes Regiões Sul e Nordeste que são incluídas sem modificações, permanece o estado de São Paulo como uma Grande Região e, por conseguinte, a retirada dessa UF da Grande Região Sudeste, a Grande Região Centro Oeste será considerada na sua antiga abrangência geográfica, isto é, incluindo o estado de Tocantins, bem como não será contabilizada a área rural da Grande Região Norte.

A averiguação será também conduzida para o Estado do Paraná, que vem se destacando pela persistência do êxodo rural, cuja redução da PEA rural ocupada na agricultura mercantil, à semelhança do que vem ocorrendo na maioria do território brasileiro, não tem sido, plenamente, compensada pela expansão do pessoal ocupado em atividade comercial não agrícola, sendo que tais movimentos ocorreram em ritmo bem mais acelerado que aquele observado no plano nacional<sup>5</sup>. A persistência do êxodo

---

<sup>3</sup> CAMPANHOLA, C. e GRAZIANO DA SILVA, J. Diretrizes de Políticas Públicas para o Novo Rural Brasileiro: Incorporando a Noção de Desenvolvimento Local. In: **Encontros de Socialização dos Conceitos da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER**. MDA, Ago./Set., Curitiba/PR, 2005.

<sup>4</sup> Op. cit. p 04. Duas abordagens didáticas acerca dos procedimentos e testes estatísticos aqui utilizados são encontradas em CAMPANHOLA, Clayton e GRAZIANO DA SILVA, José (Editores). “**O Novo Rural Brasileiro - Uma Análise Nacional e Regional**”, Jaguariúna, São Paulo, EMBRAPA, 2000.

<sup>5</sup> Sobre a evolução da população rural paranaense na última década de noventa e sua projeção para o ano 2010 consultar IAPAR (2000). Op. cit. p. 03.

rural nessa UF, ao menos em parte, pode ser atribuída à contínua difusão de inovações na base técnica de produção e na organização do empreendimento agrícola<sup>6</sup>.

Quanto às tendências no âmbito do rendimento, será considerada, basicamente, a população de dez anos ou mais de idade com declaração e registro de rendimento, tendo-se como referencia o montante do rendimento mensal de todas as fontes, cujas estimativas serão efetuadas para os respectivos subgrupos de pessoas definidos para a prévia verificação das tendências no contexto da composição ocupacional. Assim, será utilizado o mesmo modelo de regressão aplicado na descrição das tendências de variação da população dos diversos subgrupos de pessoas quanto à ocupação.

Após isso, reaplica-se o referido modelo de regressão tendo-se em conta o rendimento familiar *per capita* (rfpc), conforme expressão 1 a seguir, com a finalidade de se avaliar a evolução do rendimento médio e da desigualdade na distribuição do rendimento, bem como para se aferir a participação relativa da população relativamente mais pobre. As amplitudes das faixas de rendimento considerados são: de mais de zero até ¼ de SM, de mais de ¼ até ½ SM, de mais de ½ até 1 SM, de mais de 1 até 2, de mais de 2 até 3 SM, de mais de 3 até 5 SM e de mais de 5 SM até o maior valor declarado existente na distribuição.

$$\text{rfpc} = \text{trf} / \text{n} \quad (1)$$

Sendo:

rfpc = valores do rendimento mensal familiar *per capita*,

trf = valor do total do rendimento mensal de todas as fontes da família extensa (v4722 no dicionário de variáveis da PNAD), tendo-se em conta somente os valores maiores que zero,

n = número de pessoas com dez anos ou mais de idade da família extensa (vv724 no dicionário de variáveis da PNAD).

A definição de família extensa corresponde aquela apresentada por GRAZIANO DA SILVA e DEL GROSSI<sup>7</sup>, que abrange os integrantes do núcleo familiar básico e respectivo parente, acrescido do *agregado* (cohabitante do domicílio que não é parente da família e que não paga hospedagem ou alimentação). Ou seja, aqui equivale à especificação da composição da *família 1* relativa às variáveis v4722 e v4724 presente nos dicionários de variáveis da PNAD de 2001 e 2002. Desde 2003, a *família 1* passou a ser referida como o conjunto de moradores da unidade domiciliar após exclusão das pessoas relacionadas à família como empregado doméstico, parente de empregado doméstico ou pensionista. Nesta pesquisa, tais especificações são consideradas como equivalentes, notadamente pelo fato de que o total de pessoas da família extensa corresponde à quase totalidade da população com dez anos ou mais de idade.

A sintaxe para processamento computacional das estimativas do índice de Gini tem como referência a seguinte formulação<sup>8</sup>:

$$G = 1 - (1/n) \sum_{i=1}^n (\Phi_{i-1} + \Phi_i) \quad (2)$$

Sendo:

G = índice de Gini,

n = total das pessoas da família extensa com rendimento familiar *per capita*,

---

<sup>6</sup> Uma descrição mais detalhada dessa associação está descrita em LAURENTI, Antonio Carlos. **Terceirização na Produção Agrícola – A dissociação entre a propriedade e o uso dos instrumentos de trabalho na moderna produção agrícola**, Londrina, Paraná, IAPAR, 2000.

<sup>7</sup> *Op. cit.*, p 04.

<sup>8</sup> Conforme fórmula (16.6) expressa na parte inicial do capítulo 16, relativo às medidas de concentração, do livro intitulado “**Estatísticas para Economistas**” de autoria de HOFFMAN, Rodolfo, publicado pela Livraria Pioneira, em 1980.

$\Phi$  = proporção acumulada do rendimento das pessoas da família extensa com rendimento familiar *per capita*.

Por fim, a presente averiguação está calcada na suposição de que, afora algumas diferenças de ordem local e no valor das taxas de variação anual, deve persistir a grande maioria das tendências observadas, particularmente a de crescimento da população rural, conforme sinalizam os resultados obtidos por DEL GROSSI e GRAZIANO DA SILVA (2005). Basicamente, espera-se a reincidência do declínio da PEAR rural ocupada na agropecuária e de expansão da PEAR rural com ocupação não agrícola, ou que a tendência de aumento da população rural vem sendo acompanhada da redução do domínio numérico da PEA rural ocupada na agricultura no território brasileiro.

Quanto ao rendimento, a hipótese geral é de reafirmar a descrição da nova conformação econômica da população residente no meio rural, à semelhança das mudanças captadas na averiguação da evolução da ocupação das pessoas, isto é, no escopo do rendimento também se verificará uma nova composição determinada pelo avanço da participação das atividades não agrícolas no meio rural. Em termos específicos, a suposição é de que, à semelhança do que recentemente se tem verificado para o Brasil como um todo, na população rural também se espera um aumento no rendimento como a redução na desigualdade do acesso a renda, período de 2001 a 2008.

Por fim, as tendências especificadas poderão não se reproduzir integralmente, a partir da contabilização dos microdados reponderados da PNAD de 2001 a 2008, especialmente quanto à magnitude das taxas anuais de variação. Conforme suposto, anteriormente, são maiores as chances de discrepâncias no plano regional, tanto em função da existência de distintas dinâmicas locais, bem como da incidência de políticas públicas recentes de abrangência inicialmente mais restrita<sup>9</sup>.

### 3. Resultados

#### 3.1 Variação da população e de subgrupos da população rural no âmbito da União.

A participação relativa da população rural no total de pessoas residentes no Brasil, segundo as estimativas expostas nas Tabelas 01, reduziu-se de 16,1%, em 2001, para 14,9% em 2008, ou seja, embora crescente a população rural não vem recuperando sua taxa de participação relativa. Tal redução também se verificou no âmbito da população com dez anos ou mais de idade, onde a participação da porção rural situou-se, em 2001, próximo de 15,6% e minguou para 14,5%, em 2008. Tal declínio reafirma a projeção, comumente aceita, de que o despovoamento é o movimento que esgota a dinâmica demográfica da área rural dos países industrializados ou em industrialização.

Porém, de 2001 a 2008, o decréscimo da participação relativa desses subgrupos populacionais, no território nacional não tem sido acompanhado do esvaziamento populacional do campo. Ao contrário, a população rural cresceu em ritmo lento nesse período, com um ganho líquido de 236 mil habitantes. Tal incremento decorreu do acréscimo de 1.277 mil no subgrupo de pessoas com dez anos ou mais de idade que contrapôs com sobra a redução de 1.041 mil pessoas no grupamento das crianças.

---

<sup>9</sup> Cite-se que desde o início de 2003 as famílias domiciliadas na região semiárida nordestina e em situação de extrema pobreza passaram a contar com uma ação de transferência de renda da União denominada Programa Cartão Alimentação – PCA, que posteriormente foi incorporado ao atual Bolsa Família. Uma descrição mais amíúde sobre a evolução, abrangência e especificidade do PCA dentro de uma ampla política de segurança alimentar e nutricional consultar BALSADI, Otavio Valentin. “O Programa Cartão Alimentação (PCA) Em Números: balanço de sua implementação e contribuição para políticas sociais”, In: **Anais do XLII Congresso da SOBER**, Cuiabá, 2005.

Também ilustra especificidade regional o fato de que na região nordeste o total de tomadores do PRONAF superou um milhão de indivíduos, conforme registrado no artigo intitulado “**O surpreendente desempenho do Brasil rural nos anos 1990**” de FAVARETO, A & ABRAMOVAY, R, apresentado no Encontro 2009 – “Territórios Rurales en Movimiento”, Antigua, Guatemala, 9 al 13 Marzo 2009, RIMISP/IDRC, p 3.

Para uma ampla abordagem sobre o PRONAF consultar a coletânea de artigos reunida e organizada por MATTEI, Lauro. **Pronaf 10 anos: Mapa da Produção Acadêmica**, Brasília, MDA, 2006.

O gradativo crescimento da população rural, à taxa anual de 0,3% (que resultou num total de pouco mais de 27,8 milhões de pessoas em 2008), bem como o incremento da população com dez anos ou mais de idade à taxa de 1,0%, suscita, ao menos aparentemente, que as forças ordenadoras do declínio quantitativo da população rural não estão acionadas. Reforça essa cogitação o fato de que o total da população rural ocupada manteve-se estável, em torno de 15 milhões de pessoas. Assim, é plausível considerar que o predomínio da população urbana já não requer que a área rural venha futuramente alojar apenas um resquício da atual população rural.

Tal percepção se mantém considerando-se outros subgrupos, tal como para a

**Tabela 01. População total e população rural do Brasil, em conformidade com a condição na ocupação e setor de atividade principal, segundo a semana de referência da PNAD, e taxa média de crescimento anual no período de 2001 a 2008.**

Item	Milhares de habitantes								t <sup>3</sup>	
	2.001	2.002	2.003	2.004	2.005	2.006	2.007	2.008		
<b>Total</b>	<b>170.955</b>	<b>173.501</b>	<b>175.954</b>	<b>178.309</b>	<b>180.580</b>	<b>182.807</b>	<b>184.902</b>	<b>186.908</b>	<b>1,3</b>	<b>***</b>
Com 10 anos ou mais de idade	138.945	141.819	144.568	146.918	149.829	152.811	155.455	158.210	1,9	***
Economicamente ativa (ampliada) <sup>1</sup>	84.018	86.963	88.774	90.871	94.046	95.179	96.308	98.009	2,2	***
Sem declaração	17	12	18	12	11	0	0	0	—	—
Ocupada	76.163	79.008	80.147	82.674	85.180	87.091	88.385	90.935	2,5	***
Grupamento não agrícola	60.459	62.655	63.497	66.118	68.274	70.760	72.772	75.630	3,2	***
Grupamento agrícola	15.704	16.353	16.650	16.555	16.906	16.331	15.614	15.305	-0,5	—
Desocupada e procurando emprego	7.855	7.955	8.627	8.198	8.866	8.088	7.922	7.074	-1,0	—
Não economicamente ativa	54.927	54.856	55.793	56.047	55.783	57.632	59.147	60.201	1,3	***
<b>Rural</b>	<b>27.577</b>	<b>27.588</b>	<b>27.698</b>	<b>27.620</b>	<b>28.442</b>	<b>28.055</b>	<b>28.139</b>	<b>27.813</b>	<b>0,3</b>	<b>*</b>
Com 10 anos ou mais de idade	21.612	21.785	21.989	22.024	22.855	22.739	23.129	22.889	1,0	***
Economicamente ativa (ampliada)	14.956	15.219	15.281	15.366	16.158	15.758	15.606	15.267	0,5	—
Sem declaração	1	1	5	2	2	0	0	0	—	—
Ocupada	14.579	14.834	14.899	14.958	15.691	15.290	15.161	14.882	0,5	—
Grupamento não agrícola	3.410	3.453	3.476	3.659	4.057	4.083	4.295	4.394	4,2	***
Grupamento agrícola	11.169	11.381	11.423	11.299	11.634	11.207	10.866	10.488	-0,8	**
Não remunerada	389	420	418	471	479	481	504	441	2,7	***
Não agrícola	35	39	38	32	42	54	48	34	2,6	—
Agricultora	353	381	380	440	437	427	457	407	2,7	***
Próprio uso ou consumo	1.909	1.949	2.089	2.019	2.377	2.505	2.570	2.746	5,7	***
Autoconstrução	11	11	16	6	12	20	16	10	3,0	—
Autoconsumo	1.898	1.938	2.073	2.013	2.365	2.485	2.555	2.736	5,7	***
Economicamente ativa (restrita) <sup>2</sup>	12.658	12.850	12.774	12.875	13.301	12.773	12.531	12.080	-0,5	—
Ocupada	12.281	12.466	12.392	12.467	12.835	12.305	12.086	11.694	-0,6	*
Não agrícola	3.363	3.403	3.422	3.621	4.003	4.009	4.232	4.349	4,2	***
Agricultora	8.918	9.062	8.970	8.846	8.832	8.295	7.855	7.345	-2,7	***
Desocupada e procurando emprego	377	385	382	408	467	468	445	385	2,0	*
Não economicamente ativa	6.656	6.566	6.708	6.658	6.697	6.981	7.523	7.622	2,1	***

Fonte: FIBGE – Microdados reponderados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD de 2001 a 2008. Elaborado pela ASE / IAPAR.

1) Relativa à contagem da PEA atualmente em uso. Afora as áreas rurais dos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima.

2) Refere-se à enumeração da PEA descontando-se a expansão conceitual efetuada em 1992, quando o conceito de trabalho passou também a incluir a pessoa ocupada, ao menos uma hora na semana, em atividades de autoconsumo ou autoconstrução e o trabalhador não remunerado em dinheiro, produto ou serviço, com carga horária de trabalho inferior a quinze horas semanais no trabalho principal ou secundário.

3) Taxa média de crescimento anual expressa em percentagem. Corresponde à estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso o teste t revela a existência ou não de uma tendência nos dados. \*\*\*, \*\*, \* - indicam o nível de significância de 5%, 10% e 20%.

população economicamente inativa, cujo crescimento da fração rural, em termos absolutos, forjou um pequeno acréscimo na sua participação relativa finalizando o período com uma população em torno de 7,6 milhões de pessoas. No mesmo sentido, se deve considerar a estabilidade da PEA rural em torno de 15,2 milhões de pessoas, embora sua participação relativa na PEA total tenha decrescido no período em foco.

A estabilidade da PEA rural ocupada foi, primeiro, resultado da continuidade da habitual diminuição da PEA rural ocupada na agricultura, notadamente pelo persistente declínio absoluto do pessoal ocupado na agricultura mercantil, ou da PEA agrícola no conceito que vigorou na PNAD até 1992, cuja população decresceu à taxa de -2,7% ao ano. Essa dinâmica pode ser associada, entre outras, ao emprego de um conjunto das novas forças produtivas, iniciado desde meados dos passados anos sessenta, que vêm reduzindo o requerimento de força de trabalho humana no processo produtivo da agropecuária. De modo que continua acionado o conjunto das forças que remetem à

inexorabilidade de um quase vazio populacional no meio rural, ao menos quanto à ampla difusão do processo de modernização da base técnica de produção agropecuária. Segundo, em função do aumento, à taxa de 5,7%, no total de pessoas ocupadas, exclusivamente, na produção de autoconsumo que elevou de 13,0% para 18,4% a participação desse subgrupo no total de PEA rural ocupada na agricultura.

Em terceiro, não obstante a continuidade do uso de insumos modernos e da motomecanização na agricultura e adentrando-se, parcialmente, à verificação da aceitabilidade das hipóteses formuladas, tem-se que o principal movimento demográfico que se contrapõe ao gradativo despovoamento das áreas rurais do país é a expansão da população com ocupação não agrícola. De 2001 a 2008, o incremento absoluto desse subgrupo situou-se próximo de 4,2% ao ano, particularmente em função da expansão de mesma ordem no total das pessoas ocupadas em empreendimento comercial não agrícola (PEAR rural não agrícola).

Então, na persistência, ou aumento, das taxas anuais de variação dos diferentes subgrupos componentes da PEA rural (conceito hoje em uso), conforme apresentado, reafirma-se como plausível a contestação, expressa no contexto do Projeto Urbano, acerca da inevitabilidade do vazio populacional no meio rural e, por conseguinte, assume relevância o reconhecimento da pertinência de uma abordagem renovada, relativamente mais eclética, das iniciativas direcionadas à área rural. Notadamente, pela nova composição ocupacional da população residente, demarcada pela crescente quantia da população com ocupação não agrícola e do pessoal ocupado na produção de autoconsumo (atividade que adiciona valor embora não seja um negócio, tratando-se mais propriamente uma atividade de subsistência).

A renovação do elenco de ações dirigidas ao meio rural, todavia, não deve ser limitada à atividade produtiva agrícola e/ou não agrícola, notadamente em função do crescimento (2,1%) no total de pessoas domiciliadas no meio rural e não economicamente ativas, que perfaz uma população de 7,6 milhões de pessoas em 2008.

Praticamente, no âmbito da população rural somente decresceu, em termos absolutos, o pessoal ocupado na agricultura mercantil, sendo que, no conjunto, os resultados apresentados respaldam a aceitação das hipóteses formuladas acerca da persistência da conformação de uma nova ruralidade, demarcada principalmente pela recente inserção de uma distinta dinâmica populacional no meio rural. Tal dinâmica se contrapõe à tradicional tendência de declínio absoluto da população rural derivada da contínua redução da população ocupada na agricultura mercantil. Em complemento, essa mudança, ao tempo em que remodela o perfil ocupacional da população, também sinaliza para o gradativo decréscimo do predomínio da agricultura como atividade empregadora de mão-de-obra no contexto dos habitantes da área rural. Percebe-se, ainda, a expressiva redução (quase 10,0% ao longo do período) da participação do PEAR rural ocupada na agricultura no total da PEAR rural ocupada, pois em 2001 perfazia 72,6% e passou para 62,9% em 2008.

Enfim, os resultados obtidos favorecem a aceitação da hipótese geral de que a tendência destoante, descrita na parte introdutória deste artigo, não se limita a uma peculiaridade dos anos noventa do século passado, ou melhor, que é persistente o crescimento da população rural de 10 anos ou mais de idade, que resulta, principalmente, do aumento no total de pessoas ocupadas com atividade não agrícola, das pessoas ocupadas na produção para o próprio consumo e das pessoas inativas. De maneira que, foi o incremento do conjunto desses subgrupos que compensou, de modo superavitário, a diminuição da PEA rural ocupada na agricultura mercantil. O acelerado crescimento do subgrupo das pessoas ocupadas no autoconsumo não foi, porém, suficiente para evitar a redução do tamanho da população ocupada na agricultura.

Em resumo, não obstante a continuidade da queda da participação relativa da população rural no conjunto da população residente no Brasil, o exame acerca das atuais tendências de variação da população rural permite reafirmar que é pertinente a retomada de ações de desenvolvimento rural ante ao crescente povoamento dessa circunscrição geográfica. Isto porque, a população rural brasileira vem aumentando desde 2001, bem como vem mostrando, há mais de uma década, uma diversificação no perfil ocupacional que sinaliza para uma perspectiva de continuidade de seu crescimento absoluto. Notadamente, pelo fato de que a expansão da população rural vem ocorrendo num contexto de persistência do declínio absoluto do pessoal ocupado na agricultura mercantil. Também porque, o crescimento da população e sua diferenciação ocupacional decorreram basicamente da expansão do contingente de pessoas com ocupação em empreendimento comercial não agrícola, o qual aponta para a gradativa redução do predomínio da agricultura na dinâmica ocupacional dos habitantes da zona rural, notadamente no âmbito do empreendimento comercial. Enfim, os resultados obtidos reforçam a pertinência do “novo rural” enquanto abordagem que permite captar de modo adequado os contornos da atual ruralidade e, por conseguinte, para melhor orientar o delineamento de ações para o meio rural brasileiro.

### **3.1.1 Variação da população rural e da PEA rural ocupada nas Grandes Regiões.**

A partir das informações da Tabela de 02 é possível constatar a validade parcial das hipóteses formuladas no âmbito regional, pois a população rural diminuiu na Grande Região Sul, permaneceu estacionária (com indício de diminuição) na Grande Região Sudeste (-SP), e cresceu nas demais, tendo expandido de modo relativamente mais acelerado (1,2% ao ano) na Grande Região Centro Oeste (+TO), seguida da região paulista com 0,8% e da região nordestina com 0,4%.

Essa expansão também se manifestou de maneira genérica e consistente no contexto da PEA rural ampliada, ou usual, com ocupação não agrícola, principalmente no conjunto da atividade comercial. Em contrapartida, a população ocupada na agricultura não mostrou sinais de crescimento, a não ser na Grande Região do Centro Oeste (+TO), que experimentou um aumento no subgrupo das pessoas ocupada na produção para o próprio consumo, uma vez que se verificou a estabilidade no pessoal ocupado na agricultura mercantil (com indício de declínio).

Em complemento, considerando a população rural ocupada em atividade comercial verifica-se que, embora decrescente no período em pauta, a participação relativa do pessoal ocupado na agricultura é ainda majoritária na maioria das regiões, tendo situado em torno de 67,6% em 2008. A exceção foi a região paulista onde a participação relativa do pessoal ocupado na agricultura mercantil não ultrapassou 26,8% naquele mesmo ano. De modo que, conforme suposto, a manifestação da nova ruralidade não está concentrada geograficamente, ainda que sua incidência tenha ocorrido de maneira desigual, ou com diferentes taxas de crescimento anual.

Em termos específicos denota-se, indiretamente, que o crescimento da população ocupada com a produção de autoconsumo na Grande Região Nordeste compensou a queda da PEAR ocupada na agricultura, resultando praticamente na estabilidade da PEA rural ocupada na agricultura. Assim, tal dinâmica não respalda a aceitação da hipótese de continuidade do crescimento da população engajada na atividade agrícola dessa região. Em compensação, a dinâmica da população rural com dez anos ou mais de idade da Grande Região de São Paulo se apresentou conforme a hipótese formulada, pois sua taxa de crescimento anual foi de 0,8%, sendo que o crescimento (5,2%) do subgrupo das pessoas com ocupação não agrícola foi determinante para o crescimento da população rural paulista. Esse perfil de evolução demográfica também se manifestou de modo

intenso na Grande Região Centro Oeste (+TO) que apresentou a maior taxa anual de crescimento (1,2%) da população rural e a segunda maior taxa anual da população rural engajada em atividade não agrícola. Ademais, essa grande região contou com a expansão do subgrupo das pessoas ocupadas na produção de autoconsumo e com a estabilidade do pessoal ocupado na agricultura mercantil.

Por fim, na Grande Região Sudeste (-SP) a tendência de aumento da PEA ocupada em atividade não agrícola não resultou em acréscimo na população rural, isto é, conforme a hipótese de trabalho, o avanço do subgrupo das pessoas com ocupação não agrícola foi insuficiente para compensar a queda no total do pessoal ocupado na agricul-

**Tabela 02. População rural e população rural ocupada nas Grandes Regiões do território brasileiro, segundo o setor do trabalho principal na semana de referência da PNAD, e taxa anual de crescimento no período de 2001 a 2008.**

Grande Região modificada	População em milhares de habitantes <sup>1</sup>								t <sup>2</sup>	
	2.001	2.002	2.003	2.004	2.005	2.006	2.007	2.008		
<b>Nordeste</b>	<b>14.484</b>	<b>14.654</b>	<b>14.700</b>	<b>14.568</b>	<b>15.133</b>	<b>14.947</b>	<b>14.945</b>	<b>14.768</b>	<b>0,4</b>	**
Ocupada não agrícola total <sup>3</sup>	1.443	1.433	1.398	1.479	1.691	1.667	1.808	1.804	4,1	***
Ocupada não agrícola comercial <sup>4</sup>	1.421	1.406	1.366	1.454	1.649	1.618	1.772	1.776	4,1	***
Ocupada agrícola total	5.785	6.064	6.150	6.045	6.257	6.018	5.856	5.672	-0,4	—
Ocupada agrícola mercantil	4.632	4.905	4.859	4.749	4.724	4.399	4.043	3.810	-3,1	***
<b>Sudeste (-SP)</b>	<b>4.192</b>	<b>3.995</b>	<b>4.029</b>	<b>3.972</b>	<b>4.093</b>	<b>4.111</b>	<b>4.139</b>	<b>3.986</b>	<b>-0,1</b>	—
Ocupada não agrícola total	499	519	532	558	572	598	627	596	3,1	***
Ocupada não agrícola comercial	494	507	524	554	567	590	623	587	3,2	***
Ocupada agrícola total	1.789	1.772	1.698	1.667	1.805	1.777	1.673	1.620	-0,9	*
Ocupada agrícola mercantil	1.367	1.294	1.268	1.260	1.315	1.284	1.255	1.163	-1,4	***
<b>São Paulo</b>	<b>2.171</b>	<b>2.211</b>	<b>2.182</b>	<b>2.174</b>	<b>2.305</b>	<b>2.182</b>	<b>2.230</b>	<b>2.343</b>	<b>0,8</b>	**
Ocupada não agrícola total	566	566	574	601	716	681	736	778	5,2	***
Ocupada não agrícola comercial	562	561	569	601	713	675	729	774	5,2	***
Ocupada agrícola total	444	349	344	353	359	333	339	340	-2,5	**
Ocupada agrícola mercantil	382	302	291	282	312	283	267	263	-3,8	***
<b>Sul</b>	<b>4.777</b>	<b>4.833</b>	<b>4.702</b>	<b>4.783</b>	<b>4.714</b>	<b>4.656</b>	<b>4.690</b>	<b>4.690</b>	<b>-0,4</b>	***
Ocupada não agrícola total	643	686	696	730	755	784	808	892	4,3	***
Ocupada não agrícola comercial	633	682	690	727	753	777	795	889	4,3	***
Ocupada agrícola total	2.359	2.400	2.396	2.349	2.287	2.222	2.145	2.013	-2,3	***
Ocupada agrícola mercantil	1.924	1.945	1.927	1.914	1.814	1.715	1.675	1.549	-3,1	***
<b>Centro Oeste (+TO)</b>	<b>1.953</b>	<b>1.896</b>	<b>2.086</b>	<b>2.123</b>	<b>2.196</b>	<b>2.159</b>	<b>2.135</b>	<b>2.025</b>	<b>1,2</b>	*
Ocupada não agrícola total	259	250	276	291	324	352	316	325	4,4	***
Ocupada não agrícola comercial	253	247	272	286	320	349	313	322	4,5	***
Ocupada agrícola total	792	796	835	884	925	857	852	844	1,1	*
Ocupada agrícola mercantil	614	616	626	642	667	615	616	560	-0,8	—

Fonte: FIBGE - Microdados reponderados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD de 2001 a 2008. Elaborado pela ASE / IAPAR.

1) Afora a Grande Região Norte, com exceção do Estado de Tocantins.

2) Taxa média de crescimento anual expressa em percentagem. Corresponde à estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso o teste t revela a existência ou não de uma tendência nos dados. \*\*\*, \*\*, \* - indicam o nível de significância de 5%, 10% e 20%.

3) Relativa à contagem da PEA atualmente em uso.

4) Refere-se à enumeração da PEA descontando-se a expansão conceitual efetuada em 1992, quando o conceito de trabalho passou também a incluir a pessoa ocupada, ao menos uma hora na semana, em atividades de autoconsumo ou autoconstrução e o trabalhador não remunerado em dinheiro, produto ou serviço, com carga horária de trabalho inferior a quinze horas semanais no trabalho principal ou secundário.

tura mercantil. Conforme esperado, tais dinâmicas também foram incidentes na Grande Região Sul, as quais porém apenas amenizaram a redução da população rural.

Em suma, a confirmação da maioria das hipóteses formuladas, relativas a manifestação da nova ruralidade no plano regional, possibilita cogitar que as desigualdades regionais não obstaculizaram a ampla dispersão do que se tem denominado de um novo perfil para a população das áreas rurais do território brasileiro. Tal circunstância faculta a proposição de uma política pública de desenvolvimento rural de amplo espectro geográfico, todavia com implementação mediada pela inclusão de iniciativas de validação e ajustamento local.

### 3.1.2 Variação da população rural e da PEA rural ocupada no Estado do Paraná.

As variações da magnitude dos diversos subgrupos da população rural no período de 2001 a 2008, apresentadas na Tabela 03, favorecem a aceitação da principal hipótese de trabalho de que, no estado do Paraná, a expansão do conjunto das pessoas com ocupação não agrícola não tem sido suficiente para sobrepor a redução da PEA rural ocupada na agricultura mercantil, inclusive implicando na redução da população rural. Assim, nessa UF persiste o êxodo agrícola e rural, ou ainda, é onde continua sendo aplicável a tese de que o contínuo esvaziamento da população rural é um processo subjacente ao amplo movimento de industrialização da economia.

Todavia, tal contexto não faculta a aceitação da hipótese complementar de trabalho, acerca do suposto ritmo relativamente mais intenso das variações, pois isso se

**Tabela 03. População total e população rural do Estado do Paraná, em conformidade com o setor de atividade principal, segundo a semana de referência da PNAD, e taxa média de crescimento anual no período de 2001 a 2008.**

Item	Milhares de habitantes								T <sup>3</sup>	
	2.001	2.002	2.003	2.004	2.005	2.006	2.007	2.008		
<b>Total</b>	<b>9.810</b>	<b>9.938</b>	<b>10.061</b>	<b>10.179</b>	<b>10.292</b>	<b>10.402</b>	<b>10.506</b>	<b>10.605</b>	<b>1,1</b>	<b>***</b>
Com 10 anos ou mais de idade	8.015	8.216	8.346	8.500	8.579	8.749	8.919	9.047	1,7	***
Economicamente ativa (ampliada) <sup>1</sup>	5.166	5.375	5.519	5.840	5.886	6.014	6.257	6.356	3,0	***
Sem declaração	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
Ocupada	4.770	4.997	5.059	5.262	5.259	5.405	5.534	5.574	2,2	***
Grupamento não agrícola	3.621	3.911	3.915	4.157	4.170	4.349	4.559	4.625	3,4	***
Grupamento agrícola	1.148	1.086	1.145	1.104	1.089	1.056	975	949	-2,5	***
Desocupada e procurando emprego	396	373	389	343	376	377	329	268	-3,9	***
Não economicamente ativa	2.849	2.846	2.898	2.895	2.943	2.967	3.056	3.205	1,5	***
<b>Rural</b>	<b>1.744</b>	<b>1.679</b>	<b>1.619</b>	<b>1.681</b>	<b>1.670</b>	<b>1.622</b>	<b>1.618</b>	<b>1.609</b>	<b>-0,9</b>	<b>***</b>
Com 10 anos ou mais de idade	1.420	1.369	1.326	1.384	1.377	1.344	1.352	1.347	-0,5	*
Economicamente ativa (ampliada)	1.059	1.022	1.026	1.021	1.032	1.022	979	970	-1,0	***
Sem declaração	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
Ocupada	1.037	999	1.010	991	1.011	999	957	952	-1,0	***
Grupamento não agrícola	207	232	216	237	258	264	256	295	4,5	***
Grupamento agrícola	830	767	794	754	753	734	701	656	-2,7	***
Não remunerada	33	31	34	39	37	30	56	37	4,1	-
Não agrícola	2	-	-	1	1	3	5	0	-	-
Agrícola	31	31	34	38	36	27	51	37	3,5	-
Próprio uso ou consumo	117	107	120	107	140	147	131	132	3,4	**
Autoconstrução	2	1	1	0	1	1	2	0	-7,2	-
Autoconsumo	115	105	119	107	139	146	129	132	3,5	**
Economicamente ativa (restrita) <sup>2</sup>	909	884	872	875	856	845	792	801	-1,8	***
Ocupada	887	862	856	845	834	822	770	782	-1,9	***
Não agrícola	203	231	215	236	256	261	249	294	4,4	***
Agrícola	684	631	641	609	578	561	521	488	-4,4	***
Desocupada e procurando emprego	22	23	16	30	22	23	22	18	-0,7	-
Não economicamente ativa	361	347	301	363	344	322	373	377	1,0	-

Fonte: FIBGE - Microdados reponderados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD de 2001 a 2008. Elaborado pela ASE / IAPAR.

1) Relativa à contagem da PEA atualmente em uso.

2) Refere-se à enumeração da PEA descontando-se a expansão conceitual efetuada em 1992, quando o conceito de trabalho passou também a incluir a pessoa ocupada, ao menos uma hora na semana, em atividades de autoconsumo ou autoconstrução e o trabalhador não remunerado em dinheiro, produto ou serviço, com carga horária de trabalho inferior a quinze horas semanais no trabalho principal ou secundário.

3) Taxa média de crescimento anual expressa em percentagem. Corresponde à estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso o teste t revela a existência ou não de uma tendência nos dados. \*\*\*, \*\*, \* - indicam o nível de significância de 5%, 10% e 20%.

verificou somente para a redução da população paranaense ocupada na agricultura mercantil, cujo intensidade superou em cerca de três vezes aquele manifestado pela União como um todo. Embora a distribuição seqüencial do valor das estimativas anuais da população rural não tenha tido, aparentemente, uma convergência muito próxima daquela representada pelo modelo de regressão preconizado, a principal diferença com relação à União foi que no Estado do Paraná, a população rural decresceu em termos absolutos, ainda que a população rural dez anos ou mais de idade tenha apresentado uma diminuição pouco consistente, no período de 2001 a 2008. Isto é, a demografia da área rural paranaense se manteve distinta do restante do país pela continuidade do esvaziamento populacional do meio rural, cuja maior quantia pode ser atribuída à ampla modernização da base técnica de produção agrícola.

A população rural paranaense, em 2008, situou-se torno de 1,6 milhões de habitantes. Isto é, experimentou uma redução de 135 mil habitantes em relação a 2001. Esse “déficit” populacional adveio, principalmente, da diminuição de 73 mil pessoas com dez anos ou mais de idade, aproximadamente. Este último grupo resultou da redução de 89 mil pessoas que se declararam como economicamente ativas (inclusive o conjunto das pessoas que não declararam qualquer atividade na semana de referência), e do aumento de 16 mil pessoas não economicamente ativas.

O “déficit” ao final do período em foco seria, seguramente, maior caso a redução do pessoal ocupado na agricultura, ao redor de 130 mil pessoas, não fosse em parte compensado pelo aumento das pessoas com ocupação não agrícola, cujo montante foi próximo de 51 mil habitantes. Assim, conforme suposto, nesta UF a expansão da PEA rural não agrícola foi insuficiente para sobrepor com sobra o declínio na PEA rural agrícola, notadamente na PEA rural ocupada na agricultura mercantil.

A diminuição da população rural paranaense também não foi maior em função do crescimento absoluto da população ocupada na produção para o próprio consumo, o qual também resultou num acelerado crescimento da participação relativa desse subgrupo no total do pessoal ocupado na agricultura, no período de 2001 a 2008. Todavia, essa crescente participação relativa se deve, em boa parte, encolhimento da população engajada em atividade agrícola comercial.

Em síntese, embora o avanço da PEA rural com ocupação não agrícola tenha sido insuficiente para compensar a redução do pessoal ocupado na agricultura mercantil, a conformação do novo rural teve seqüência no estado do Paraná no período de 2001 a 2008, resultado que se reproduz independentemente do conceito de PEA utilizado.

### 3.2 Variação do rendimento das pessoas no território brasileiro.

Considerando-se as informações mostradas na Tabelas 04 a seguir estima-se, de um modo geral, que em termos de rendimento das pessoas a importância relativa da população rural com dez anos ou mais de idade é, comparativamente, bem menor que aquela obtida no âmbito demográfico. Ilustra isso, o fato de que a importância relativa da fração rural no rendimento total da população residente e com dez anos ou mais de idade situou-se, no período de 2001 a 2008, em torno de 7,2%. Isto é, equivalente à metade da participação relativa da porção rural no todo da população com dez anos ou mais de idade residente no Brasil.

**Tabela 04. Rendimento mensal de todas as fontes da população brasileira, total e rural, com dez anos ou mais de idade, com rendimento, segundo a condição na ocupação e setor de atividade principal expressa na semana de referência da PNAD, e taxa média de crescimento anual no período de 2001 a 2008.**

Item	Rendimento mensal em milhões de R\$								t <sup>4</sup>	
	2.001	2.002	2.003	2.004	2.005	2.006	2.007	2.008		
<b>Com 10 anos ou mais de idade</b>	<b>83.265</b>	<b>84.951</b>	<b>80.491</b>	<b>83.980</b>	<b>91.000</b>	<b>100.230</b>	<b>103.723</b>	<b>110.154</b>	<b>4,5</b>	<b>***</b>
Economicamente ativa (ampliada) <sup>2</sup>	71.411	72.505	68.157	70.664	76.655	84.514	87.546	92.353	4,2	***
Ocupada	70.931	72.012	67.681	70.240	76.136	83.971	87.059	91.904	4,2	***
Grupamento não agrícola	65.398	66.144	61.728	63.997	69.510	76.947	80.163	84.666	4,3	***
Grupamento agrícola	5.533	5.867	5.952	6.243	6.627	7.024	6.895	7.238	3,9	***
Desocupada e procurando emprego	480	494	477	424	519	543	487	449	0,1	—
Não economicamente ativa	11.853	12.446	12.334	13.316	14.345	15.716	16.177	17.801	6,1	***
<b>Rural</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>Com 10 anos ou mais de idade</b>	<b>5.492</b>	<b>5.462</b>	<b>5.739</b>	<b>6.010</b>	<b>6.459</b>	<b>7.058</b>	<b>7.681</b>	<b>7.881</b>	<b>6,0</b>	<b>***</b>
Economicamente ativa (ampliada) <sup>2</sup>	4.933	4.829	5.107	5.314	5.710	6.157	6.579	6.750	5,3	***
Ocupada	4.924	4.822	5.098	5.303	5.701	6.144	6.569	6.737	5,3	***
Grupamento não agrícola	1.729	1.705	1.791	1.863	2.159	2.417	2.597	2.729	7,9	***
Grupamento agrícola	3.195	3.117	3.307	3.440	3.542	3.727	3.972	4.008	3,9	***
Não remunerada	16	13	15	17	18	26	32	36	15,3	***
Não agrícola	5	1	1	1	1	1	5	9	14,7	—
Agrícola	10	12	14	17	17	26	27	27	16,0	***
Próprio uso ou consumo	223	245	273	301	357	444	472	512	13,6	***
Autoconstrução	1	2	4	0	1	2	1	1	-8,2	—
Autoconsumo	222	243	269	301	356	442	471	511	13,8	***

Economicamente ativa (restrita) <sup>3</sup>	4.695	4.571	4.819	4.995	5.335	5.687	6.074	6.202	4,8	***
Ocupada	4.685	4.564	4.809	4.984	5.325	5.674	6.064	6.189	4,8	***
Não agrícola	1.722	1.702	1.786	1.862	2.157	2.415	2.592	2.719	7,9	***
Agrícola	2.963	2.862	3.024	3.122	3.168	3.259	3.473	3.470	2,8	***
Desocupada e procurando emprego	10	8	10	11	10	13	10	13	5,0	**
Não economicamente ativa	558	633	631	696	749	901	1.102	1.131	11,1	***

Fonte: FIBGE - Microdados reponderados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD de 2001 a 2008. Elaborado pela ASE / IAPAR.

1) Valores inflacionados pelo INPC com base em setembro de 2008.

2) Relativa à contagem da PEA atualmente em uso. Afora as áreas rurais dos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima.

3) Refere-se à enumeração da PEA descontando-se a expansão conceitual efetuada em 1992, quando o conceito de trabalho passou também a incluir a pessoa ocupada, ao menos uma hora na semana, em atividades de autoconsumo ou autoconstrução e o trabalhador não remunerado. Em dinheiro, produto ou serviço, com carga horária de trabalho inferior a quinze horas semanais no trabalho principal ou secundário.

4) Taxa média de crescimento anual expressa em percentagem. Corresponde à estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso o teste t revela a existência ou não de uma tendência nos dados. \*\*\*, \*\*, \* - indicam o nível de significância de 5%, 10% e 20%.

Todavia, no período em pauta, o total do rendimento dos moradores da área rural cresceu em ritmo superior (6,0% ao ano) àquele das pessoas domiciliadas no meio urbano (4,4% ao ano), resultando no crescimento da participação relativa do rendimento dos habitantes do meio rural no todo do rendimento da população residente no país.

Isto, num contexto em que o total do rendimento das pessoas com ocupação na agropecuária cresceu, em termos absolutos, à taxa anual de 3,9%, o qual incidiu, com diferentes ritmos de expansão, na agricultura mercantil e na produção de autoconsumo (13,8% ao ano). Enfim, a expansão do rendimento das pessoas domiciliadas no meio rural, em ritmo bem mais acelerado que o da expansão da população rural, não foi suficiente para suplantar o maior peso relativo que a população rural tem manifestado no âmbito demográfico, relativamente à que vem mostrando no contexto do rendimento.

Ademais, a participação relativa do rendimento da PEA rural ocupada em atividade não agrícola, em 2008, situou-se em torno de 40,5%, enquanto que no plano demográfico, tal participação, embora crescente não ultrapassou ¼ do pessoal ocupado nesse tipo de atividade. No âmbito da PEAR rural o rendimento do segmento com ocupação não agrícola incrementou-se à taxa anual de 7,9%, conforme se verifica na Tabela 03, fazendo com que esse subgrupo passasse a apropriar, ao final do período em pauta, cerca de 43,9% do rendimento total da população rural ocupada em atividade comercial. De modo que, a conformação do perfil do novo mundo rural vem se consolidando de maneira relativamente mais saliente no âmbito da população rural com rendimento, num cenário onde se expandiu, em termos absolutos, tanto a magnitude do rendimento do pessoal ocupado na agricultura como o montante do rendimento das pessoas com ocupação não agrícola.

Assim, o perfil da nova ruralidade vem se apresentando de maneira mais acentuada no contexto da população rural com rendimento, cujo contorno se manifesta de modo mais acentuado no âmbito da PEA rural com rendimento e ocupada em atividade mercantil ou, na PEA rural restrita.

### 3.2.1 Variação do rendimento médio, da desigualdade na distribuição do rendimento e da população rural em situação de pobreza.

No conjunto das pessoas da família extensa com dez anos ou mais de idade e com rendimento familiar *per capita* verifica-se, pelas informações da Tabela 05, que diferentemente da estabilidade observada no total da população residente e na população brasileira com domicílio rural, cresceu, respectivamente, o rendimento médio do pessoal com de até ½ salário mínimo de rendimento mensal. Ou seja, no período em averiguação, a nova ruralidade também foi demarcada por uma tendência de aumento do rendimento *per capita*, ou do poder de compra de seus moradores.

O cenário da nova ruralidade, expresso pelo conjunto da população com rendimento, torna-se mais auspicioso ao se ter em conta que além do crescimento do rendimento médio a desigualdade do acesso da população rural ao rendimento reduziu-se no período investigado. Embora a diminuição do índice de Gini na área rural tenha

tido pouco menor que na União como um todo, na área rural tem sido relativamente menor a desigualdade do acesso ao rendimento.

Entretanto, o acelerado crescimento do poder aquisitivo da população relativamente mais pobre, especialmente da população em situação de extrema pobreza, não foi acompanhada redução na desigualdade do acesso ao rendimento que se verificou tanto na população como um todo um todo como na porção rural da população residente, ao se ter em conta o crescimento negativo dos valores do índice de Gini apresentados na Tabela 05 anteriormente mostrada.

Além do que, quando se considera os dados da Tabela 06 a seguir, relativos ao rendimento familiar *per capita* do conjunto das pessoas da família extensa com domicí-

**Tabela 05. Rendimento médio e índice de Gini do rendimento das pessoas da família extensa<sup>1</sup> com rendimento *per capita* de até ½ salário mínimo (SM) e com domicílio na área rural do Brasil, e respectiva taxa anual de crescimento no período de 2001 a 2008.**

População / faixa de SM	Rendimento médio (R\$)								t <sup>2</sup>	
	2.001	2.002	2.003	2.004	2.005	2.006	2.007	2.008	%	
	<b>Rendimento médio (R\$)</b>									
<b>Brasil</b>	<b>715</b>	<b>710</b>	<b>515</b>	<b>528</b>	<b>560</b>	<b>608</b>	<b>623</b>	<b>649</b>	<b>-0,9</b>	—
Até 1/4 SM	44	47	50	49	54	63	62	68	6,4	***
1/4  - até ½ SM	107	117	119	115	133	151	148	161	6,0	***
Menor que ½ SM	78	85	93	93	108	121	118	130	7,7	***
<b>Brasil rural<sup>3</sup></b>	<b>338</b>	<b>334</b>	<b>236</b>	<b>247</b>	<b>257</b>	<b>281</b>	<b>305</b>	<b>317</b>	<b>-0,4</b>	—
Até 1/4 SM	43	47	48	49	52	59	60	64	5,7	***
1/4  - até ½ SM	106	117	115	113	129	146	144	156	5,6	***
Menor que ½ SM	77	85	83	84	95	104	105	114	5,6	***
	<b>Índice de Gini</b>									
<b>Brasil</b>	<b>0,620</b>	<b>0,619</b>	<b>0,569</b>	<b>0,559</b>	<b>0,556</b>	<b>0,551</b>	<b>0,542</b>	<b>0,534</b>	<b>-2,1</b>	***
Até 1/4 SM	0,221	0,227	0,227	0,225	0,222	0,231	0,232	0,228	0,4	*
1/4  - até ½ SM	0,114	0,116	0,113	0,112	0,122	0,114	0,112	0,113	-0,1	—
Menor que ½ SM	0,274	0,277	0,247	0,236	0,238	0,242	0,238	0,235	-2,2	***
<b>Brasil rural</b>	<b>0,567</b>	<b>0,548</b>	<b>0,520</b>	<b>0,505</b>	<b>0,497</b>	<b>0,494</b>	<b>0,500</b>	<b>0,487</b>	<b>-2,0</b>	***
Até 1/4 SM	0,235	0,239	0,241	0,225	0,227	0,244	0,245	0,238	0,4	—
1/4  - até ½ SM	0,113	0,115	0,114	0,114	0,123	0,117	0,113	0,117	0,4	—
Menor que ½ SM	0,277	0,279	0,277	0,265	0,276	0,285	0,276	0,276	0,1	—

Fonte: FIBGE - Microdados reponderados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD de 2001 a 2008. Elaborado pela ASE / IAPAR.

1) Corresponde ao conjunto dos integrantes do núcleo familiar básico mais os agregados, conforme especificação utilizada na PNAD.

2) Taxa média de variação anual. Corresponde à estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t revela a existência ou não de uma tendência nos dados. \*\*\*, \*\*, \* - indicam o nível de significância de 5%, 10% e 20%.

3) Afora a área rural da Grande região Norte, com exceção do Estado de Tocantins.

**Tabela 06. População e participação relativa das pessoas da família extensa<sup>1</sup> residente da área rural do Brasil, por faixa de salário mínimo (SM) e respectiva taxa anual de crescimento no período de 2001 a 2008.**

População / faixa de SM	Milhares de pessoas								T <sup>2</sup>	
	2.001	2.002	2.003	2.004	2.005	2.006	2.007	2.008	%	
<b>Com rendimento<sup>3</sup></b>	<b>20.552</b>	<b>20.988</b>	<b>21.145</b>	<b>21.243</b>	<b>22.096</b>	<b>22.025</b>	<b>22.202</b>	<b>22.064</b>	<b>1,1</b>	***
Até ¼ SM	3.785	3.922	5.434	4.726	5.141	5.642	5.141	5.082	4,4	**
¼  - até 1/2 SM	4.410	4.750	5.903	5.593	6.503	6.097	5.866	5.958	4,1	***
Menor que 1/2 SM	8.195	8.672	11.337	10.318	11.643	11.739	11.006	11.040	4,3	***
½  - até 1 SM	5.517	5.902	5.637	5.986	5.477	5.412	5.936	6.531	1,2	—
1  - até 2 SM	4.304	3.974	2.900	3.676	3.752	3.762	4.104	3.332	-1,0	—
2  - até 3 SM	1.234	1.232	703	705	681	672	619	675	-8,9	***
3  - até 5 SM	800	756	378	357	356	292	329	308	-12,9	***
Maior que 5 SM	503	451	191	201	187	148	207	177	-13,4	***

Fonte: FIBGE - Microdados reponderados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD de 2001 a 2008.

Elaborado pela ASE / IAPAR.

1) Corresponde ao grupo dos integrantes do núcleo familiar básico mais os agregados, conforme especificação utilizada na PNAD.

2) Taxa média de variação anual. Corresponde à estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t revela a existência ou não de uma tendência nos dados. \*\*\*, \*\*, \* - indicam o nível de significância de 5%, 10% e 20%.

3) Afora a área rural da Grande Região Norte, com exceção do Estado de Tocantins.

lio rural, se percebe que muito embora seja crescente o total das pessoas com rendimento familiar *per capita* na nova ruralidade, também se denota o acentuado aumento no subgrupo da população de pobres e uma intensa redução no subgrupo das pessoas de maior poder aquisitivo. Mais diretamente, ao contrário do que recentemente vem se verificando na maioria das grandes regiões metropolitanas do país, o

crescimento absoluto no total de pessoas em situação de extrema pobreza (com rendimento mensal de até 1/4 do salário mínimo) e da população pobre (rendimento entre ¼ e ½ salário mínimo) fez com que a participação relativa das pessoas pobres correspondesse em 2008, praticamente, à metade da população rural com rendimento familiar *per capita*, que praticamente se equivale à população em idade ativa.

Nestes termos, muito embora o fato de que no final do período em foco havia mais pessoas com rendimento no meio rural, torna-se imperativo concluir que o novo mundo rural não venha experimentando uma redução da população cujo rendimento mensal situava-se abaixo da linha da indigência, ou um de processo de redução da população rural pobre. Todavia, há que se ponderar que o crescimento do rendimento médio da população pobre e da população em situação de extrema pobreza ocorreu em ritmo mais acentuado que o da expansão das respectivas populações desses subgrupos.

Em síntese, a averiguação acerca das tendências de variação da magnitude da população de dez anos ou mais de idade, domiciliada nas áreas rurais do território brasileiro, bem como do montante de rendimento mensal dessa população, com base nos microdados reponderados da PNAD do período de 2001 a 2008, conduz a constatação de que reafirmou-se a relevância do “novo rural” como uma abordagem profícua para se captar a atual conformação da ruralidade brasileira e, por conseguinte, para se delinear um atualizado e eclético conjunto de ações de desenvolvimento rural.

Portanto, além do recente aumento absoluto da população residente, a nova ruralidade enseja um promissor cenário tendencial demarcado pela gradativa criação e diversificação de postos de ocupação e de rendimento das pessoas, acompanhado de um processo estabilidade do poder aquisitivo e de redução na desigualdade do acesso ao rendimento de seus habitantes, bem como de aumento do rendimento da população mais pobre, ainda que o tamanho dessa população tenha aumentado, no período averiguado.

### 3.2.2 Variação do rendimento médio, da desigualdade na distribuição do rendimento e da população em situação de pobreza nas Grande Regiões.

O exame da evolução do rendimento médio das pessoas com rendimento familiar *per capita* e com domicílio rural das respectivas grandes regiões do país, cujos valores estimados para o período de 2001 a 2008 estão apresentados na Tabela 07, permite constatar que, à semelhança do que se verificou para o Brasil como um todo e para a área rural do território brasileiro, também foi genérica a falta de tendência consistente de variação do valor médio no plano regional.

**Tabela 07. Rendimento médio das pessoas da família extensa<sup>1</sup> com rendimento *per capita* e com domicílio na área rural das Grandes Regiões do território brasileiro<sup>2</sup>, e taxa anual de crescimento no período de 2001 a 2008.**

Item	Rendimento médio <sup>3</sup>								t <sup>4</sup>	
	2.001	2.002	2.003	2.004	2.005	2.006	2.007	2.008		
Nordeste	227	220	146	154	167	179	203	217	0,0	—
Sudeste (-SP)	360	368	265	290	294	319	339	364	0,3	—
São Paulo	558	499	364	369	414	423	468	444	-1,6	—
Sul	495	513	393	390	376	451	478	479	-0,3	—
Centro Oeste (+TO)	419	446	283	318	347	366	378	397	-0,4	—

Fonte: FIBGE - Microdados reponderados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD de 2001 a 2008. Elaborado pela ASE/IAPAR.

1) Corresponde ao conjunto dos integrantes do núcleo familiar básico mais os agregados, conforme especificação utilizada na PNAD.

2) Afora a Grande Região Norte, com exceção do Estado de Tocantins.

3) Valores inflacionados pelo INPC de setembro de 2008.

4) Taxa média de crescimento anual expressa em percentagem. Corresponde à estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso o teste t revela a existência ou não de uma tendência nos dados. \*\*\*, \*\*, \* - indicam o nível de significância de 5%, 10% e 20%.

Quanto ao desempenho da desigualdade na distribuição do acesso ao rendimento das pessoas da família extensa com rendimento familiar *per capita*, domiciliadas no meio rural, verifica-se que a ausência de uma tendência consistente na variação dos valores do índice de Gini, verificada no plano da União durante o período de 2001 a

2008, não ocorreu no plano regional, conforme pode ser observado pelos dados colocados na Tabela 08 a seguir.

A generalizada redução na desigualdade do acesso ao rendimento incidiu de maneira relativamente mais acentuada na grande região paulista. Assim, o incremento no poder de compra e a redução na desigualdade do acesso ao rendimento vem se conformando num processo característico do novo ambiente rural, o qual vem incidindo de modo abrangente no plano regional.

Novamente, em que pese ter se verificado uma genérica redução da desigualdade do acesso ao rendimento, denota-se, na maioria das grandes regiões, pelas informações da Tabela 09 colocada logo adiante, a expansão absoluta da população rural em situação

**Tabela 08. Índice de Gini da distribuição do rendimento das pessoas da família extensa<sup>1</sup>, com rendimento *Per capita* e com domicílio na área rural das Grandes Regiões do território brasileiro<sup>2</sup>, e taxa anual de crescimento no período de 2001 a 2008.**

Item	Índice de Gini <sup>3</sup>								t <sup>4</sup>	
	2.001	2.002	2.003	2.004	2.005	2.006	2.007	2.008		
Nordeste	0,529	0,490	0,462	0,448	0,456	0,457	0,474	0,469	-1,2	*
Sudeste (-SP)	0,554	0,548	0,501	0,492	0,482	0,444	0,451	0,469	-3,0	***
São Paulo	0,532	0,519	0,489	0,463	0,458	0,432	0,445	0,409	-3,5	***
Sul	0,545	0,528	0,471	0,455	0,428	0,452	0,457	0,426	-3,1	***
Centro Oeste (+TO)	0,563	0,568	0,503	0,498	0,514	0,477	0,481	0,477	-2,5	***

Fonte: FIBGE - Microdados reponderados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD de 2001 a 2008. Elaborado pela ASE/IAPAR.

1) Corresponde ao conjunto dos integrantes do núcleo familiar básico mais os agregados, conforme especificação utilizada na PNAD.

2) Afora a Grande Região Norte, com exceção do Estado de Tocantins.

3) Calculado a partir de valores inflacionados pelo INPC com base em setembro de 2008.

4) Taxa média de crescimento anual expressa em percentagem. Corresponde à estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso o teste t revela a existência ou não de uma tendência nos dados. \*\*\*, \*\*, \* - indicam o nível de significância de 5%, 10% e 20%.

**Tabela 09. Total das pessoas da família extensa<sup>1</sup> residente na área rural das Grandes Regiões do território brasileiro, com rendimento mensal de até 1/2 salário mínimo (SM)<sup>2</sup>, e respectiva taxa anual de crescimento no período de 2001 a 2008.**

Item	População <sup>3</sup> em milhares de pessoas								t <sup>4</sup>	
	2.001	2.002	2.003	2.004	2.005	2.006	2.007	2.008		
<b>Nordeste</b>	<b>10.425</b>	<b>10.863</b>	<b>10.937</b>	<b>10.860</b>	<b>11.406</b>	<b>11.440</b>	<b>11.552</b>	<b>11.435</b>	<b>1,4</b>	<b>***</b>
Até 1/4 SM	2.578	2.659	4.175	3.677	3.992	4.436	4.075	3.989	6,7	***
1/4  - até 1/2 SM	2.799	3.010	3.463	3.409	3.889	3.562	3.413	3.474	2,8	**
Menor que 1/2 SM	5.376	5.669	7.638	7.087	7.881	7.997	7.488	7.464	4,8	***
<b>Sudeste (-SP)</b>	<b>3.213</b>	<b>3.149</b>	<b>3.143</b>	<b>3.179</b>	<b>3.260</b>	<b>3.332</b>	<b>3.359</b>	<b>3.245</b>	<b>0,7</b>	<b>**</b>
Até 1/4 SM	482	488	571	416	511	470	431	469	-1,4	—
1/4  - até 1/2 SM	604	683	869	859	951	1.001	975	931	6,6	***
Menor que 1/2 SM	1.087	1.171	1.441	1.275	1.462	1.471	1.405	1.401	3,5	***
<b>São Paulo</b>	<b>1.614</b>	<b>1.637</b>	<b>1.687</b>	<b>1.658</b>	<b>1.813</b>	<b>1.718</b>	<b>1.749</b>	<b>1.858</b>	<b>1,8</b>	<b>***</b>
Até 1/4 SM	373	430	569	643	589	585	605	136	-6,2	—
1/4  - até 1/2 SM	121	161	126	92	96	141	113	376	8,1	—
Menor que 1/2 SM	493	591	695	734	685	726	719	512	1,6	—
<b>Sul</b>	<b>3.834</b>	<b>3.878</b>	<b>3.814</b>	<b>3.927</b>	<b>3.886</b>	<b>3.838</b>	<b>3.853</b>	<b>3.904</b>	<b>0,1</b>	<b>—</b>
Até 1/4 SM	403	386	314	356	314	378	333	296	-2,9	**
1/4  - até 1/2 SM	567	576	721	607	799	743	712	738	4,0	***
Menor que 1/2 SM	970	962	1.035	963	1.113	1.121	1.045	1.034	1,5	*
<b>Centro Oeste (+TO)</b>	<b>1.466</b>	<b>1.462</b>	<b>1.564</b>	<b>1.619</b>	<b>1.731</b>	<b>1.698</b>	<b>1.688</b>	<b>1.622</b>	<b>2,1</b>	<b>***</b>
Até 1/4 SM	202	228	248	185	228	217	189	191	-1,7	—
1/4  - até 1/2 SM	242	256	457	411	495	474	457	438	9,1	***
Menor que 1/2 SM	444	484	705	596	723	692	646	630	4,9	**

Fonte: FIBGE - Microdados reponderados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD de 2001 a 2008. Elaborado pela ASE / IAPAR.

1) Corresponde ao conjunto dos integrantes do núcleo familiar básico mais os agregados, conforme especificação utilizada na PNAD.

2) Valores inflacionados pelo INPC de setembro de 2008.

3) Afora a Grande Região Norte, com exceção do Estado de Tocantins.

4) Taxa média de crescimento anual expressa em percentagem. Corresponde à estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso o teste t revela a existência ou não de uma tendência nos dados. \*\*\*, \*\*, \* - indicam o nível de significância de 5%, 10% e 20%.

de pobreza, ou melhor, do total de pessoas com rendimento familiar *per capita* mensal de todas as fontes igual ou menor que 1/2 SM. Contudo, no âmbito da população em

situação de extrema pobreza, ou com rendimento menor ou igual a 1/4 do salário mínimo, a tendência foi de estabilidade com indício de redução nas grandes regiões do Sudeste (-SP), São Paulo e Centro Oeste (+TO), sendo que somente na Grande Região Sul foi consistente a tendência de declínio desse subgrupo populacional.

Diferentemente das demais grandes regiões, o subgrupo das pessoas em situação de extrema pobreza aumentou e de modo acelerado na Grande Região Nordeste, onde expandiu a uma taxa de 6,7% ao ano, fazendo com que, em 2008, aproximadamente 2/3 da população rural nordestina, com dez anos ou mais de idade e com rendimento familiar *per capita*, fosse composta por pessoas pobres.

No plano da União, a participação relativa da população rural nordestina com rendimento familiar *per capita* passou a representar, ao final do período de foco, cerca de 67,6% da população pobre e aproximadamente de 78,5% da população rural brasileira (com rendimento familiar *per capita*) em situação de extrema pobreza. Sendo que as demais grandes regiões experimentaram, respectivamente, diminuições nas suas já pequenas participações relativas junto ao total da população rural brasileira em situação de extrema pobreza. Enfim, essa elevada participação relativa da Grande Região Nordeste, certamente, foi determinante para o crescimento do total desse subgrupo populacional no plano da União, pois, grosso modo, esse subgrupo populacional experimentou um incremento (em torno de 1,4 milhões de pessoas) maior que aquele verificado para a União como um todo (cerca de 1,3 milhões de pessoas). Cabendo apontar que na Grande Região Sul esse subgrupo se reduziu (em cerca de 112 mil pessoas), sendo que nas demais grandes regiões tal subgrupo permaneceu estacionário, no período em foco.

Assim, na maioria das grandes regiões a nova ruralidade vem se demarcando pelo crescimento da população rural e da PEA rural ocupada, especialmente em função do aumento da PEA rural ocupada fora da agricultura, pela diversificação e aumento de postos de ocupação, pelo aumento no poder de compra, pela redução da desigualdade do acesso ao rendimento e pelo não crescimento no total de pessoas da família extensa em condição de extrema pobreza. Por fim, a genérica, mas desigual incidência regional das dinâmicas definidoras da nova ruralidade reforça a necessidade de inclusão iniciativas de caráter localizado numa abrangente política pública de melhoria e desenvolvimento rural. Notadamente, pela circunstância de que, inversamente do que ocorre na grande região paulista, a grande região nordestina tem se diferenciado por abrigar a maior porção (pouco mais da metade) da população rural brasileira e a grande maioria (cerca de 4/5) da população rural extremamente pobre, bem como pelo predomínio da agricultura na ocupação e rendimento das pessoas.

### **3.2.3 Variação do rendimento no estado do Paraná.**

Novamente, à semelhança do que tem ocorrido para o Brasil como um todo, no estado do Paraná o peso relativo do meio rural também tem sido mais expressiva no âmbito demográfico comparativamente ao escopo do rendimento. Ilustra isso, o fato de que, no âmbito da população de dez anos ou mais de idade o segmento rural perfazia, em 2008, cerca de 14,9 % do total da população residente, enquanto que a importância relativa do rendimento das pessoas desse subgrupo alcançou 9,5%, nesse mesmo ano.

No período de 2001 a 2008, o rendimento da população residente no meio rural do território paranaense também experimentou um crescimento que incidiu, de modo variado, na quase totalidade dos principais subgrupos em apreço, Tabela 10. Isto porém, não impediu o decréscimo do predomínio da agricultura no meio rural paranaense, pois o ritmo de crescimento do rendimento das pessoas com ocupação comercial não agrícola foi mais rápido que aquele apresentado pelo pessoal ocupado na agricultura

mercantil, Ou ainda, a expansão do rendimento das pessoas ocupadas na atividade de autoconsumo foi insuficiente para modificar o quadro do mundo rural que preexistia no território paranaense no início do período, quando a participação relativa do rendimento da população ocupada fora da agricultura perfazia 32,4% do total do rendimento das pessoas inseridas em atividades comerciais. Sendo que, no período em pauta, persistiu o declínio absoluto da população rural ocupada na agricultura do estado do Paraná.

Nesses termos, os resultados obtidos tornam aceitável a hipótese de maior crescimento relativo do rendimento do subgrupo das pessoas com ocupação não agrícola, em que pese tal dinâmica não ter resultado num perfil relativamente mais

**Tabela 10. Rendimento mensal de todas as fontes da população total e rural paranaense com dez anos ou mais de idade com rendimento, por situação de domicílio, condição na ocupação e setor de atividade principal, segundo a semana de referência da PNAD e taxa média de crescimento anual no período de 2001 a 2008.**

Item	Milhões de R\$ <sup>1</sup>								t <sup>4</sup>	
	2.001	2.002	2.003	2.004	2.005	2.006	2.007	2.008		
<b>Total com 10 anos ou mais de idade</b>	<b>5.186</b>	<b>5.320</b>	<b>5.245</b>	<b>5.867</b>	<b>6.016</b>	<b>6.450</b>	<b>7.250</b>	<b>7.309</b>	<b>5,6</b>	***
Economicamente ativa (ampliada) <sup>2</sup>	4.616	4.689	4.609	5.189	5.274	5.653	6.374	6.356	5,4	***
Ocupada	4.588	4.648	4.584	5.172	5.248	5.623	6.351	6.337	5,4	***
Grupamento não agrícola	4.072	4.110	4.027	4.530	4.651	4.991	5.711	5.693	5,7	***
Grupamento agrícola	516	538	558	642	597	632	640	644	3,3	***
Desocupada e procurando emprego	28	40	24	17	26	30	23	19	-5,2	—
Não economicamente ativa	570	631	636	678	742	797	875	953	7,4	***
<b>Rural</b>										
<b>Com 10 anos ou mais de idade</b>	<b>507</b>	<b>478</b>	<b>556</b>	<b>528</b>	<b>500</b>	<b>577</b>	<b>674</b>	<b>657</b>	<b>4,4</b>	***
Economicamente ativa (ampliada) <sup>2</sup>	471	439	509	490	462	530	621	605	4,3	***
Ocupada	470	439	508	487	462	530	620	604	4,3	***
Grupamento não agrícola	148	130	171	150	140	186	188	206	5,3	***
Grupamento agrícola	323	309	338	338	322	344	432	399	3,8	***
Não remunerada	1	0	1	2	1	1	4	3	23,5	**
Não agrícola	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Agricultora	1	0	1	2	1	1	3	3	22,1	**
Próprio uso ou consumo	13	14	16	19	31	29	27	29	14,3	***
Autoconstrução	0	0	0	—	0	0	0	—	—	—
Autoconsumo	13	14	16	19	31	29	27	29	14,5	***
Economicamente ativa (restrita) <sup>3</sup>	456	425	492	469	430	500	590	572	3,9	***
Ocupada	456	425	491	467	430	500	589	572	3,9	***
Não agrícola	148	130	170	150	140	186	188	206	5,3	***
Agricultora	309	295	321	317	290	314	402	366	3,1	**
Desocupada e procurando emprego	0	0	1	2	0	0	1	0	-7,4	—
Não economicamente ativa	36	39	47	38	38	46	53	53	5,2	***

Fonte: FIBGE - Microdados reponderados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD de 2001 a 2008. Elaborado pela ASE / IAPAR.

1) Valores inflacionados pelo INPC com base em setembro de 2008.

2) Relativa à contagem da PEA atualmente em uso.

3) Refere-se à enumeração da PEA descontando-se a expansão conceitual efetuada em 1992, quando o conceito de trabalho passou também a incluir a pessoa ocupada, ao menos uma hora na semana, em atividades de autoconsumo ou autoconstrução e o trabalhador não remunerado em dinheiro, produto ou serviço, com carga horária de trabalho inferior a quinze horas semanais no trabalho principal ou secundário.

4) Taxa média de crescimento anual expressa em percentagem. Corresponde à estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso o teste t revela a existência ou não de uma tendência nos dados. \*\*\*, \*\*, \* - indicam o nível de significância de 5%, 10% e 20%.

saliente da nova ruralidade no plano do rendimento comparativamente ao que tem ocorrido no contexto ocupacional. Ou ainda, na área rural paranaense a percepção do perfil do novo rural no âmbito do rendimento das pessoas tenha se mostrado praticamente indiferente daquela passível de ser captada no âmbito ocupacional.

### 3.2.4 Variação do rendimento médio, da desigualdade na distribuição do acesso ao rendimento e da população paranaense em situação de pobreza.

No período em pauta, o crescimento do poder aquisitivo da população rural paranaense com rendimento não foi acompanhado pela redução consistente na desigualdade no acesso ao rendimento, conforme se verifica pelos valores do rendimento médio e do índice de Gini mostrados na Tabela 11. Não obstante isso, a nova ruralidade paranaense também se diferenciou, positivamente, pela acentuada redução da população em situação de extrema pobreza, ou no total de pessoas da família extensa rural com renda familiar *per capita* de  $\frac{1}{4}$  de salário mínimo. Essa população

foi cerca de 35,0% inferior aquela que preexistia em 2001, segundo pode ser verificado pelos dados colocados na Tabela 12 colocada logo adiante.

#### 4. Conclusão

A inspeção efetuada acerca da recente demografia das áreas rurais brasileiras permitiu constatar que o “novo rural” persiste como a abordagem relativamente mais apropriada para a descrição da atual composição ocupacional da população rural, bem como para a elaboração de um cenário prospectivo com a finalidade de se delinear novas iniciativas de política pública dirigidas ao desenvolvimento da nova ruralidade

**Tabela 11. Rendimento médio e índice de Gini da distribuição do rendimento das pessoas da família extensa<sup>1</sup> com rendimento familiar *per capita* de até ½ salário mínimo (SM) e com domicílio na área rural do estado do Paraná, e respectiva taxa anual de crescimento no período de 2001 a 2008.**

População / faixa de SM	Ano								t <sup>2</sup> %	
	2.001	2.002	2.003	2.004	2.005	2.006	2.007	2.008		
<b>Rendimento médio (R\$)</b>										
<b>Com rendimento</b>	<b>477</b>	<b>481</b>	<b>365</b>	<b>341</b>	<b>322</b>	<b>379</b>	<b>469</b>	<b>448</b>	<b>-0,6</b>	<b>—</b>
Até 1/4 SM	44	49	55	50	57	67	68	70	7,0	***
1/4  - até ½ SM	107	120	119	117	132	152	149	160	5,7	***
Menor que ½ SM	80	90	98	93	112	120	121	135	7,3	***
<b>Índice de Gini</b>										
<b>Com rendimento</b>	<b>0,600</b>	<b>0,567</b>	<b>0,529</b>	<b>0,493</b>	<b>0,433</b>	<b>0,454</b>	<b>0,530</b>	<b>0,461</b>	<b>-3,3</b>	<b>**</b>
Até 1/4 SM	0,214	0,221	0,182	0,230	0,181	0,197	0,204	0,218	-0,3	—
1/4  - até ½ SM	0,111	0,119	0,108	0,099	0,114	0,107	0,115	0,110	-0,1	—
Menor que ½ SM	0,264	0,269	0,214	0,231	0,212	0,234	0,225	0,210	-2,7	**

Fonte: FIBGE - Microdados reponderados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD de 2001 a 2008. Elaborado pela ASE / IAPAR.

1) Corresponde ao conjunto dos integrantes do núcleo familiar básico mais os agregados, conforme especificação utilizada na PNAD.

2) Taxa média de variação anual. Corresponde à estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t revela a existência ou não de uma tendência nos dados. \*\*\*, \*\*, \* - indicam o nível de significância de 5%, 10% e 20%.

**Tabela 12. População das pessoas da família extensa<sup>1</sup> residente da área rural do Estado do Paraná, com rendimento *per capita* de até salário mínimo (SM), e respectiva taxa anual de crescimento no período de 2001 a 2008.**

População / faixa de SM	Milhares de pessoas								t <sup>2</sup> %	
	2.001	2.002	2.003	2.004	2.005	2.006	2.007	2.008		
<b>Com rendimento</b>	<b>1.387</b>	<b>1.326</b>	<b>1.293</b>	<b>1.365</b>	<b>1.361</b>	<b>1.311</b>	<b>1.294</b>	<b>1.315</b>	<b>-0,5</b>	<b>*</b>
Até ¼ SM	179	160	148	160	133	179	155	119	-3,1	*
1/4  - até ½ SM	238	212	306	288	358	295	293	309	4,3	**
Menor que ½ SM	418	373	454	448	490	473	448	428	1,6	—

Fonte: FIBGE - Microdados reponderados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD de 2001 a 2008. Elaborado pela ASE / IAPAR.

1) Corresponde ao grupo dos integrantes do núcleo familiar básico mais os agregados, conforme especificação utilizada na PNAD.

2) Taxa média de variação anual. Corresponde à estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t revela a existência ou não de uma tendência nos dados. \*\*\*, \*\*, \* - indicam o nível de significância de 5%, 10% e 20%.

presente no território nacional.

Em comum à inusitada demografia da última década do século passado tem-se que a atual ruralidade também é demarcada pela continuidade da expansão da PEA rural ocupada em atividade comercial não agrícola e pela retração da PEA ocupada na agricultura mercantil. Diferencialmente, o novo cenário da ruralidade brasileira também se caracteriza pelo lento crescimento da população rural, ainda que persista o declínio na quantidade do pessoal ocupado na agricultura, não obstante o expressivo incremento do pessoal ocupado na produção para autoconsumo.

No contexto da população rural com rendimento a nova ruralidade apresenta um perfil relativamente mais acentuado que aquele passível de ser captado no escopo da ocupação das pessoas, pois no âmbito do rendimento da PEAR rural ocupada a participação relativa da porção não agrícola, em 2008, foi da ordem de 44,0%, enquanto que no contexto da ocupação essa participação foi da ordem de 1/3. Além do que, o atual cenário da área rural do Brasil também se diferenciou, favoravelmente, por ter apresentado, no período de 2001 a 2008, um acréscimo no rendimento e no poder aquisitivo das pessoas, bem como uma redução na desigualdade na distribuição do

acesso ao rendimento, ainda que, desfavoravelmente, tenha experimentado um incremento na população sem situação de extrema pobreza. Ainda que essa última população tenha aumentado, basicamente, em função da expansão dessa população verificada na grande região nordestina.

No plano das Grandes Regiões modificadas também se aplica afirmação de que o perfil do “novo rural” é mais acentuado no âmbito da população rural com rendimento, bem como a nova ruralidade vem apresentando um cenário relativamente mais favorável ante a melhoria no poder de compra e redução na desigualdade do acesso ao rendimento, sendo que, de modo diferencial, na grande maioria das regiões não se verificou incremento na população em situação de extrema pobreza, inclusive tendo apresentado uma redução consistente na Grande Região Sul. Também, de maneira distinta, somente a grande região nordestina apresentou acréscimo na população rural em situação de extrema pobreza, cuja expansão determinou respondeu o crescimento dessa população rural no plano nacional.

A genérica e desigual incidência regional das dinâmicas definidoras dessa nova ruralidade reforça a necessidade de iniciativas de caráter regionalizado numa eclética política pública de melhoria e desenvolvimento do meio rural. Notadamente, pela circunstância de que, inversamente do que ocorre na grande região paulista, a grande região nordestina tem se diferenciado por abrigar mais da metade da população rural do Brasil e por concentrar mais de 4/5 da população rural brasileira extremamente pobre, bem como pelo amplo predomínio da agricultura na ocupação e rendimento das pessoas.

A inserção de iniciativas de caráter local também é relevante no plano das Unidades da Federação, conforme atesta a especificidade do estado do Paraná que tem se distinguido pela continuidade do êxodo agrícola e rural, muito embora a conformação do “novo rural” tenha tido seqüência no período de 2001 a 2008, bem com pelo fato de que o crescimento do rendimento da população ocupada na agricultura mercantil tenha se mostrado superior ao da PEAR rural com ocupação não agrícola. Além disso, a nova ruralidade paranaense também se diferenciou pela acentuado expansão no rendimento da população extremamente pobre, bem como pela redução na magnitude dessa parcela da população no período averiguado.

## **5. Referências bibliográficas**

BALSADI, O. V. **O Programa Cartão Alimentação (PCA) em Números: Balanço de sua Implementação e Contribuição para as Políticas Públicas.** In: CD-ROM dos Anais do XLII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural – SOBER, Cuiabá/MT, julho de 2004.

CAMPANHOLA, C. e GRAZIANO DA SILVA, J. Diretrizes de Políticas Públicas para o Novo Rural Brasileiro: Incorporando a Noção de Desenvolvimento Local. In: **Encontros de Socialização dos Conceitos da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER.** MDA, Agosto / Setembro, Curitiba/PR, 2005.

CAMPANHOLA, C. & GRAZIANO DA SILVA, J. (Editores). **O Novo Rural Brasileiro: Uma Análise Nacional e Regional.** Vol. 1, Cap. 1, Jaguariúna. São Paulo, EMBRAPA, 2000, p 15 – 65.

DEL GROSSI, M. E. **Evolução das Ocupações Não-agrícolas no Meio Rural Brasileiro.** Campinas, São Paulo, 1999. Tese de doutoramento p. 28-32

DEL GROSSI, M. E. e GRAZIANO DA SILVA, J. Ocupações e Rendas Rurais no Brasil. In: IAPAR. **ORNAs – ocupações rurais não-agrícolas**. Londrina/PR, IAPAR, 2000.

DEL GROSSI, M. E. e GRAZIANO DA SILVA, J. **Mudanças recentes no mercado de trabalho rural** In: CD-ROM dos Anais do XLIV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural – SOBER, Fortaleza/CE, julho de 2006.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O NOVO RURAL BRASILEIRO: uma atualização para 1992-98**. <http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/downlo/atualizacao.html>>. Acesso em: 22 de jan 2008 10:50:20.

HOFFMAN, R. “**Estatísticas para Economistas**”, Livraria Pioneira Editora, em 1980.

LAURENTI, A. C. & DEL GROSSI, M. E. A evolução das pessoas ocupadas em atividades agrícolas e não agrícolas nas áreas rurais do Brasil. In: CAMPANHOLA, C. & GRAZIANO DA SILVA, J. (Editores). **O Novo Rural Brasileiro: Uma Análise Nacional e Regional**. Vol. 1, Cap. 1, Jaguariúna. São Paulo, EMBRAPA, 2000, p 15 – 65.

LAURENTI, A, C. Terceirização dos Trabalhos Agrários e o Novo Rural. In: IAPAR. **ORNAs – ocupações rurais não-agrícolas**. Londrina/PR, IAPAR, 2000.

FAVARETO, A & ABRAMOVAY, R, “**O surpreendente desempenho do Brasil rural nos anos 1990**” apresentado no Encuentro 2009 – “Territórios Rurales en Movimiento”, Antigua, Guatemala, 9 al 13 Marzo 2009, RIMISP/IDRC, p 3.

LAURENTI, A. C. e DEL GROSSI, M. E. “A nova ruralidade brasileira e os desafios para o reajuste da P&D para a agropecuária”, apresentado no Grupo de Trabalho 07 – Agricultura familiar e Ruralidade, do XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia rural - SOBER, realizado em Rio Branco/Acre, 2008.

DORETTO, M. & DEL GROSSI, M. E. & LAURENTI, A. C. Rendas Agrícolas e Não agrícolas das Famílias Rurais: Estudo de Caso com Pesquisa Quantitativa de campo no Patrimônio Espírito Santo, Município de Londrina, Pr. In: In: CAMPANHOLA, C. & GRAZIANO DA SILVA, J. (Editores). **O Novo Rural Brasileiro: Rendas das Famílias Rurais**. Vol. 5, Cap. 6, Brasília, DF : Embrapa Informação Tecnológica, 2004, p 205- 262.

LAURENTI, A. C. & DORETTO, M. & DEL GROSSI, M. E. **Ocupação e renda nas famílias das áreas rurais da região lindeira ao Lago Itaipu**. In: Anais do XLI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Resumos, Juiz de Fora, Embrapa Gado de Leite, 2003, p 293.